



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

2ª Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Legal nº 0147336-7/01

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravada: Ana Maria de Souza

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos

5456

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINARES: ILEGITIMIDADE PASSIVA, INEXISTÊNCIA DE ATO COATOR E INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. NÃO CONHECIMENTO. MOMENTO PROCESSUAL INOPORTUNO. MÉRITO: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PESSOA CARENTE DE RECURSOS. CONCESSÃO DE LIMINAR. REQUISITOS. FUMUS BONI IURIS E PERRICULUM IN MORA. OCORRÊNCIA. 1. Não se deve conhecer das preliminares de ilegitimidade passiva, inexistência de ato coator e de incompetência do juízo, quando a matéria não foi objeto de apreciação na decisão vergastada. 2. Sendo dever do Estado cuidar da saúde do administrado, nos termos do art. 196 da CF/88, e considerando que o não fornecimento do medicamento poderá causar prejuízo irreparável a Impetrante, presentes os requisitos indispensáveis, fumus boni iuris e periculum in mora. Agravo Regimental **IMPROVIDO**.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Agravo Regimental nº 0147336-7/01, em que figuram como Agravante o **Estado de Pernambuco** e Agravada Ana Maria de Souza, acordam os Desembargadores que compõem o 2ª Grupo de Câmaras Cíveis, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravo Regimental, e, por conseguinte manter íntegra a decisão recorrida, tudo de conformidade



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

com as Notas Taquigráficas, Voto e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 16/12/09.  
  
Des. Tenório dos Santos  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

**2ª Grupo de Câmaras Cíveis**

Agravo Regimental nº 0147336-7/01

**Agravante: Estado de Pernambuco**

**Agravada: Ana Maria de Souza**

**Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos**

---

**RELATÓRIO**

O Estado de Pernambuco, através de seu Procurador interpôs Agravo Regimental contra decisão interlocutória da lavra do Des. Eloy D'Almeida Lins, nos Autos do Mandado de Segurança impetrado por Ana Maria de Souza, contra Ato do Secretário de Saúde do Estado, o qual negou o fornecimento de remédio, a fim de amenizar os efeitos do mal que lhe atinge – Artrite Reumatóide.

Alega o Estado Agravante que a decisão não merece prosperar, porque ausentes *in casu*, o *fumus boni iuris* e *perriculum in mora*, bem como inexistência de ato coator e ilegitimidade passiva.

Acresce que a decisão foi proferida por juízo incompetente, a teor do art. 109, I, da CF/88, porque o SUS, na qualidade de responsável pelas ações e serviços públicos de saúde no País, é gerido e financiado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 198, § 2º, da CF/88, que respondem solidariamente por tais despesas).

Por derradeiro, alude que em que pese a gravidade e situação clínica da Agravada, tem-se pela inexistência de amparo a sua pretensão, e que não é dado ao Judiciário substituir o administrador público para decidir questões de ordem administrativa, não podendo impor o fornecimento de remédio de alto custo.

Após outras considerações menos relevante ao deslinde da questão, requer a reforma da decisão Agravada, e a conseqüente revogação da liminar.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

É o relatório, no essencial.

Recife, 16 de 12 de 2009.

Des. Tenório dos Santos  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

2º Grupo de Câmaras Cíveis

Agravo Legal nº 0147336-7/01

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravada: Ana Maria de Souza

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos

VOTO DE MÉRITO

Registro inicialmente que não cabe neste momento processual decidir sobre a ilegitimidade passiva *ad causam*, a incompetência do juízo e de inexistência de ato coator. Penso que as matérias devem ser relevadas para quando da apreciação do writ. Primeiro, porque a decisão atacada nada decidiu a respeito. Segundo, em decidindo agora, retira do Ministério Público a prerrogativa de se manifestar sobre ditas preliminares.

Ao contrário do que alega a ora Agravante, entendo presentes os pressupostos indispensáveis à concessão de liminar, em face de que a Impetrante juntou a prova preconstituída, normemente quando provou que é portadora da enfermidade e que necessita do medicamento indicado.

Ora, sem pretensões de esgotamento do mérito do Writ, pois neste momento processual compete apenas uma análise dos requisitos da liminar, aqui não se trata de substituição do administrador público, mas de atender ao Princípio Constitucional no qual todos devem ter acesso à Justiça. E o Poder Judiciário existe para coibir as arbitrariedades do administrador público. *In casu*, a parte Impetrante recorre ao Judiciário para valer seu direito que é previsto na própria Constituição, direito à saúde, que, aliás, é dever do Estado compreendendo o âmbito federal, estadual e municipal.

Sem maiores indagações, porque, repito, aqui cabe apenas a análise dos requisitos, normemente o "*fumus boni iuris e periculum in mora*", que estão presentes, convencido de que a decisão



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

verbastada não carece de reforma, nego **PROVIMENTO** ao presente recurso, para manter na íntegra a decisão agravada.

É como voto.

Recife, 18 de 12 de 2009,

Des. Tenório dos Santos  
Relator